Movimentos sociais urbanos como objeto de estudo

MÁRCIA BANDEIRA DE MELLO LEITE NUNES

Como assinala Jordi Borja [1], "o termo movimento urbano é extraordinariamente genérico. Seu único valor reside em assinalar a existência de um tipo de conflitos sociais que até uma época recente não tinham especificidade nem científica nem política". É exatamente na busca de tal especificidade que se vai situar a literatura mais recente sobre o tema. Nela, a chamada Questão Urbana [2] é vista em um de seus aspectos específicos — a eclosão de movimentos sociais urbanos a partir de contradições geradas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo. A literatura que trata do tema [3] procura discutir as questões teóricas e políticas que embasam a problemática, ao lado de entender eventos tão diversos quanto a luta dos negros americanos para impedir a demolição de grande parte do gueto de Newark, em Nova Jersey, o movimento ecológico nos Estados Unidos, o movimento dos "pobladores" no Chile, a organização de uma festa para evitar a demolição dos pavilhões do Les Halles em Paris e a onda de quebra-quebras de transportes coletivos no Rio de Janeiro e São Paulo.

---

1 BORJA, Jordi. *Movimentos sociales urbanos*. Buenos Aires, Ediciones Siap — Planteos, 1975.

2 *Questão Urbana* é a expressão que se refere à problemática que decorre dos reflexos do processo de desenvolvimento do capitalismo e as implicações de intervenção do Estado na esfera do consumo coletivo no meio urbano.

3 A literatura que trata de movimentos sociais urbanos ainda é escassa. Neste artigo são analisados, mais especificamente, três trabalhos: BORJA, Jordi. *Opus cit.;* CASTELLS, Manuel. *Movimientos sociales urbanos*. Siglo Veinteuno, Madrid, 1974; MARTINEZ-ALIER, Verena e MOISÉS, José Alvaro. "A revolta dos suburbanos, ou 'Patrão o trem atrasou'. In: *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro, Co-Edições CEDEC-Editora Paz e Terra, 1977.

A publicação, em 1977, do artigo "A Revolta dos Suburbanos ou 'Patrão, o Trem Atrasou'", de Verena Martinez-Alier e José Álvaro Moisés [4], ao mesmo tempo em que propõe o estudo mais sistemático de movimentos sociais urbanos no Brasil, permite, através da revisão dele mesmo e de outros trabalhos sobre o tema — tarefa a que se propõe este artigo — a colocação de algumas questões acerca da relevância teórica do estudo de movimentos sociais urbanos para as ciências sociais contemporâneas, bem como favorece uma indagação mais sistemática acerca do seu significado e de suas implicações para a ação política — aspecto altamente privilegiado pela literatura sobre o tema.

Manuel Castells e Jordi Borja, dois dos autores que vêm analisando esta problemática mais de perto, consideram que a eclosão de movimentos sociais urbanos revela o surgimento de uma nova forma de conflito social diretamente ligada à organização coletiva do modo de vida e, mais especificamente, decorrente de contradições específicas da problemática urbana. Tais contradições, fruto de contradições mais amplas geradas no próprio interior do capitalismo, podem ser sintetizadas como: a contradição fundamental gerada pelo desenvolvimento do capitalismo paralelamente ao desenvolvimento do movimento operário e democrático e que implicou no aumento das pressões sociais por um maior nível no equipamento urbano e que leva à segunda contradição, a que se dá entre o modo individual de apropriação das condições de vida e o modo coletivo de gestão deste processo, já que êste esbarra, por um lado, no caráter privado e parcelário dos agentes econômicos que nele intervêm e, por outro no divórcio entre o caráter global dos problemas e sua administração setorializada.

Ambas estas contradições determinariam, então, a intervenção maciça do Estado na gestão dos problemas urbanos, com um papel duplo e contraditório: no plano econômico como investidor e no plano técnico e político como administrador, ou seja, como "ordenador" da vida cotidiana das massas através de sistemas de planejamento urbano.

Esta intervenção, entretanto, longe de introduzir um elemento neutro no processo, acaba por esbarrar em seu próprio papel contraditório de gestor do consumo coletivo ao mesmo tempo que expressão, em última instância, dos interesses das classes dominantes. Assim, a pretendida neutralidade e racionalidade do planejamento

---

[4] *Opus cit.*

urbano é impossível de ser obtida e este se transforma, apenas, em "instrumento" para "superar as contradições e apaziguar os conflitos, em nome de uma racionalidade técnica através da qual é possível conciliar interesses sociais divergentes" [5].

Dentro desta perspectiva, Castells vê como um deslocamento do problema central e principal o atribuir-se ao urbano as causas de um conjunto de fatos e conflitos que, embora se apresentem sob uma capa de problemas urbanos são, na realidade, decorrentes de contradições mais profundas inerentes ao desenvolvimento capitalista. Questiona, conseqüentemente, um processo de mudança social que surja deste novo campo de contradições urbanas sem uma mudança social e política global o que implica, na realidade, em que,

> os movimentos urbanos só se convertem em movimentos sociais na medida em que conseguem converter-se em um componente de um movimento político que controverte a ordem social; por exemplo, a luta operária [6]

É com esta conversão que Jordi Borja está preocupado ao introduzir, em sua análise uma relação fundamental entre movimentos urbanos e estrutura urbana, buscando romper exatamente com a dicotomia *estruturas/práticas* apresentada por certas formulações teóricas. Em suas próprias palavras,

> A análise dialética concebe toda estrutura como uma realidade contraditória e em contínua mudança. Estas contradições objetivas dão lugar a conflitos sociais que aparecem como agentes imediatos de mudança. Não há estruturas que não sejam outra coisa que não um conjunto de relações sociais contraditórias e conflitivas, mais ou menos cristalizadas, porém sempre em processo de mudança, nem movimentos urbanos, nos quais participam desigualmente todas as classes sociais, que não se situem sempre no seio das estruturas e as expressem e modifiquem constantemente [7].

Assim não busca ele as formas diretas em que movimentos urbanos modificam a estrutura urbana, mas muito mais, "as articulações a partir das quais aparecem, no interior de estruturas dadas novos movimentos urbanos e a forma em que estes movimentos contribuem para modificar as estruturas existentes" [8]. Por isso fala ele

---

[5] CASTELLS. *Opus cit.*
[6] CASTELLS. *Opus cit.*
[7] CASTELLS. *Opus cit.*
[8] CASTELLS. *Opus cit.*

em dois tipos de efeitos possíveis dos movimentos reivindicativos urbanos: os efeitos urbanos e os efeitos políticos. Os efeitos urbanos têm a ver com a resolução da contradição específica que gerou o movimento, ou seja, referem-se mais a uma modificação na relação população-equipamento e a modificações na política urbana propriamente dita. Já os efeitos políticos dos movimentos reivindicativos urbanos são mais amplos e resultam, na realidade, da modificação na correlação de forças que existe entre os grupos sociais, aparatos políticos e instituições que atuam no processo; além disso, deles depende a garantia da satisfação da reivindicação e a possibilidade de continuidade e desenvolvimento do movimento. Borja chama a atenção, entretanto, para o fato de que nenhum destes dois tipos e efeitos modifica a lógica da estrutura urbana. Para tal, torna-se necessária uma mudança, na correlação de forças, mais ampla entre as classes socais, ou seja, uma mudança na conjuntura política. Essa mudança depende, entretanto, como assinalam tanto Borja quanto Castells, da integração das reivindicações urbanas dentro de um quadro mais amplo de lutas políticas, ou seja, uma convergência de "diversos movimentos sociais que se potencializem mutuamente"[9].

É na conjuntura política que Borja vê a mediação mais fundamental e mais condicionante para a potencialidade que um movimento social urbano tem para modificar a estrutura urbana[10]. Disto tudo resulta a consideração de que, na verdade, o conceito de movimento social urbano pretender ter eficácia analítica

> às custas de considerar como um movimento urbano típico um caso específico: o daqueles movimentos das classes populares que, partindo de reivindicações urbanas, alcançam um nível de generalidade de objetivos e de potencialidade política que modificam as relações de poder entre as classes[11].

Equivalente à relevância que Borja empresta à conjuntura política é a importância que Castells atribui à luta política como esfera fundamental para se compreender a potencialidade revolucionária de um movimento social urbano[12], pois é dentro dela que se torna passível a sua conversão em movimento político que controverte a ordem social.

Este quadro de referência teórico serve de pano de fundo para que ambos os autores exercitem sua capacidade analítica no estudo

---

[9] BORJA. *Opus cit.*
[10] BORJA. *Opus cit.*
[11] BORJA. *Opus cit.*
[12] CASTELLS. *Opus cit.*

de alguns movimentos sociais urbanos. Castells se preocupa com o movimento dos "pobladores" no Chile, com os comitês de cidadãos em Quebec e Montreal, com o movimento contra a renovação-deportação em Paris e com o movimento ecológico nos Estados Unidos. Interessante é observar que estes quatro casos parecem se distribuir ao longo de um *continuum* que tem, numa de suas extremidades, aquele em que a articulação entre movimento reivindicativo urbano e luta política mais ampla se faria com maior clareza — o movimento dos pobladores no Chile — e, na outra, aquele em que, não se desenvolvendo tal articulação — ou melhor, fazendo-se ela com grupos dominantes — não se verificaria nenhuma potencialidade enquanto movimento político — o movimento ecológico nos EEUU. Nos dois casos intermediários, esta articulação teria sido tentada, porém sem maior possibilidade de êxito. No movimento contra a renovação-deportação em Paris, as lutas que se desenvolveram nos diversos setores da cidade não chegaram, para Castells, a ultrapassar os aspectos puramente reivindicativos, quer, em alguns casos, por seu caráter amadorístico e fracionado, quer, em outros, pela fragilidade política dos grupos que tentam extrapolar os objetivos do movimento para questões políticas mais gerais. No caso dos comitês de cidadãos de Quebec e Montreal, a exigência precoce, devida à conjuntura política das duas cidades, de uma definição do movimento em termos de objetivos de classe, teria acabado por levar a seu fracasso.

Jordi Borja analisa os movimentos urbanos na Espanha entre 1939 e 1974. Após uma série de considerações sobre o processo de industrialização e urbanização naquele país, que implicou em altos custos sociais e no desenvolvimento de um conjunto de contradições que deram origem aos movimentos urbanos, Borja assinala o surgimento destes já ao final da década de 60, quando já existiria um relativo equilíbrio de forças sociais em jogo e um dinamismo econômico que permitiriam a expressão de reivindicações, seu reconhecimento e sua negociação. Mais ainda, teriam sido eles precedidos de um incremento razoável dos movimentos reivindicativos trabalhistas, tanto porque nestes haveria uma maior uniformidade tanto de bases quanto de propósitos, quanto porque, durante certo tempo, era possível a solução mais ou menos individual dos problemas urbanos agudos, como por exemplo a urbanização marginal e a autoconstrução na periferia dos centros urbanos.

Borja considera que em alguns dos movimentos urbanos que surgiram na Espanha neste período existiria um razoável nível de generalidade que modificaria a correlação de forças a nível do urbano,

levando também a conseqüências políticas mais gerais. Estas conseqüências — ou seja, os efeitos políticos produzidos pelos movimentos urbanos neste período — podem ser sintetizadas assim:

a) os movimentos urbanos forneceriam um campo de organização dos setores populares na defesa coletiva de seus interesses
b) ao mesmo tempo, forneceriam o campo para a convergência de interesses sociais distintos e, conseqüentemente, para a formação de alianças de classe e, mais ainda, para a colocação de alternativas sociais e políticas.
c) Finalmente, constituiriam fator importante de crise de certas formas políticas, ou seja, permitiriam que a população, ao se aglutinar em organizações e buscar a satisfação de suas demandas, acentuasse a crise nas formas de administração local[13].

Mais recentemente, Verena Martinez-Alier e José Álvaro Moisés[14] procuraram analisar a potencialidade política de alguns aspectos do cotidiano das massas populares urbanas brasileiras através do estudo de situações concretas, mais especificamente, da vaga de quebra-quebras de trens suburbanos e ônibus que se inicia em junho de 1974 nos grandes centros urbanos do Rio de Janeiro e São Paulo.

A hipótese que serve aos autores como ponto de partida para esta tarefa procura integrar uma explicação que vê situações deste tipo como explosões espontâneas de massas populares numa conjuntura econômica adversa a uma explicação que leva em consideração a conjuntura política em que elas se dão. Mais ainda, através da compreensão de sua dinâmica interna e da avaliação de seus efeitos sociais e políticos, os autores procuram mostrar que tais irrupções, apenas aparentemente espontâneas, têm, na realidade, uma dinâmica e uma lógica próprias que lhes emprestam potencialidade enquanto força social para intervir em processos sociais e políticos da sociedade brasileira.

Partindo de um levantamento da situação geral dos transportes de massas nas duas cidades — um dos pontos de estrangulamento no processo de reprodução da força de trabalho —, procuram os autores apontar para o tipo de interferências que o seu caráter deficiente produz sobre o cotidiano daqueles que são obrigados a utilizar estes serviços — interferências não somente ao nível das preocupações acerca dos freqüentes atrasos na hora de entrada no em-

---

13 BORJA. *Opus cit.*
14 MARTINEZ-ALIER e MOISÉS. *Opus cit.*

prego mas também, e mais dramático ainda, ao nível de sua própria sobrevivência, pois em virtude do mau estado de conservação da rede ferroviária são freqüentes os acidentes com um grande número de mortos e feridos. Além disso, a baixa capacidade de responder às demandas por este tipo de transporte nas horas de *rush* aliada à falta de dinheiro para o pagamento da passagem, criou um tipo especial de passageiro, os chamados "pingentes" que contribuem ainda mais para elevar a taxa de acidentes com mortes nos trens suburbanos.

Assim é que o ano de 1974 vê a emergência de uma vaga de explosões populares em estações de subúrbios das duas cidades que abrigam um enorme contingente da sua força-de-trabalho: Olinda, Nilópolis, Morro Agudo, Tomás Coelho, Queimados, Austin, Nova Iguaçu, Mauá, Engenheiro Trindade. Como assinalam os próprios autores:

> Os pontos altos dos acontecimentos em 1975 são constituídos pela depredação simultânea de nove estações da Baixada Fluminense, em 11 de julho, causada pela paralisação de todas as composições nos ramais Santa Cruz e Japeri, entre 4h 30 e 10h 30 da manhã, apenas 24 horas após a depredação de outras duas estações na mesma região, pelas mesmas razões, e o descarrilamento de uma composição nas imediações da estação Magno, com 14 mortos e aproximadamente 370 feridos, no dia 18 do mês [15].

Utilizando descrições e depoimentos de participantes apresentados por jornais do Rio e de São Paulo, o artigo procura demonstrar que o alvo último destas revoltas é o Estado.

> Diversos indícios apontam para a natureza basicamente simbólica desses movimentos, embora seus efeitos não se esgotem aí. Carecendo de meios para atingir diretamente o agente responsável pela gestão dos serviços de transporte que lhes são oferecidos — o próprio Estado — devido à relação de forças existentes, as massas populares manifestam sua revolta depredando aquilo que está a seu alcance imediato, os trens e as estações [15].

Para os autores, a massa que participa destas ações operaria através de uma espécie de "efeito-demonstração" que a descaracterizaria enquanto aglomerado casual de pessoas que realizam uma ação momentânea e inconseqüente. Mais ainda, para isto contribui-

---

[15] MARTINEZ-ALIER e MOISÉS. *Opus cit.*
[16] MARTINEZ-ALIER e MOISÉS. *Opus cit.*

ria também o partilhar de uma situação semelhante que levou ao desenvolvimento de uma gíria e de formas de organização incipientes que, gerando um sentimento de identificação entre seus membros, acaba por produzir várias formas de solidariedade.

Assim, ao invés de ver a eclosão de quebra-quebras em transportes coletivos como uma simples reação momentânea e inconseqüente, os autores procuram não isolá-la de outros fatores, enfatizando a necessidade de que a explicação para ela seja buscada nas contradições urbanas geradas pela lógica do desenvolvimento do capitalismo em países dependentes, como é o caso do Brasil. Para eles, o tipo de sociedade urbana que surge no país após a Revolução de 30, baseada na superconcentração de atividades produtivas, concentrou a força de trabalho em grandes aglomerados populacionais, formando massas urbanas que foram obrigadas a "se acomodar ao fenômeno da urbanização por expansão das periferias". Mais do que isso, entretanto, na medida em que foram resultado da ação de diferentes atores históricos — as classes populares, as classes dominantes e o Estado, as regiões metropolitanas se transformaram

> não apenas em locus da produção moderna vinculada ao capital monopolista e multinacional, mas também no espaço físico e cultural onde se dá a reprodução simples e ampliada da força de trabalho; isto é o cenário do consumo coletivo (salário indireto), indispensável à subsistência e à reprodução da vida humana nas condições impostas por aquela produção moderna.

Este processo foi acompanhado pela emergência de um conjunto de contradições sociais e políticas que apareceriam sob a forma de problemática urbana e que acabariam por incompatibilizar as classes populares urbanas e o Estado; isto porque o Estado, como ocorre caracteristicamente nas sociedades capitalistas, estaria mais comprometido com a criação e expansão das condições gerais para reprodução do capital do que em atender a necessidades de força-de-trabalho. Esta característica do Estado só se romperia momentaneamente — isto é, o Estado só se preocuparia com as necessidades das classes populares — num contexto de política populista onde o voto das massas urbanas adquire particular relevância. A conjuntura política brasileira pós-64, entretanto, ao eliminar a única alternativa de exercício de pressão das massas urbanas sobre o Estado — a legitimação dos regimes populistas através do voto — deixa-as sem qualquer canal alternativo para a expressão de reivindicações e abre a possibilidade para a eclosão de movimentos reivindicativos aparentemente espontâneos e anárquicos.

A preocupação do artigo, porém, vai mais adiante. Como Castells e Borja, Martinez-Alier e Moisés estão preocupados em avaliar a potencialidade política deste tipo de movimento e, detectando-a, demonstrar a lógica que presidiria tais ações aparentemente desconectadas. Para eles, tal potencialidade pode ser percebida em dois níveis. O primeiro nível se refere a seus efeitos deslegitimadores sobre o Estado:

> Se essas revoltas, por uma parte, são limitadas e não têm uma estrutura organizatória prévia, por outra constituem uma deslegitimação das autoridades estabelecidas e têm um significado e efeitos políticos nítidos: a escolha de seus alvos não é arbitrária; as revoltas respondem a anseios coletivos, dados por condições estruturais semelhantes — a condição de força de trabalho dos usuários — e, finalmente, exigem uma definição por parte do próprio Estado [16].

E mais:

> Diversos indícios apontam para a natureza basicamente simbólica desses movimentos, embora seus efeitos não se esgotem aí. Carecendo de meios para atingir diretamente o agente responsável pela gestão dos serviços de transporte que lhes são oferecidos — o próprio Estado — devido à relação de forças existentes, as massas populares manifestam sua revolta depredando aquilo que está a seu alcance imediato, os trens e as estações.

O outro nível da eficácia política destes movimentos se refere à sua capacidade de reafirmar para a massa a sua potencialidade enquanto força social capaz de intervir no processo, reforçando seu potencial reivindicativo futuro. Os dois níveis, porém, se reforçariam mutuamente já que exatamente o efeito "contaminador" geraria uma necessidade, por parte do Estado, de manter o controle através tanto da repressão policial — justificada às vezes, como função da infiltração de elementos estranhos nestas revoltas — quanto da censura — daí os vários casos de prisões de participantes nos movimentos após a concessão de entrevistas a jornais.

O primeiro ponto em comum que surge da leitura atenta destes trabalhos é a preocupação com a contextualização dos movimentos sociais urbanos — ou seja, a busca de explicação, para seu surgimento, no próprio processo de desenvolvimento das sociedades capitalistas. É exatamente através desta contextualização que os autores procuram perceber a lógica presente neste tipo de ação. Partindo de um levantamento das forças sociais presentes neste tipo de

ação — os grupos sociais que a desencadeiam, quer sejam ou não massas populares, os agentes privados, muito freqüentemente os responsáveis pela ação que serve de estopim ao surgimento de reivindicações, e o Estado, cujo papel ambíguo de gestor dos problemas urbanos, ao mesmo tempo que expressão dos interesses das classes dominantes —, os trabalhos procuram verificar a potencialidade dos movimentos reivindicativos urbanos enquanto elementos desencadeadores de processo de mudança social mais abrangentes.

Esta potencialidade é dada exatamente pela possibilidade de modificação na correlação das forças sociais que se defrontam neste tipo de movimento. Mais ainda, Borja e Castells se preocupam em assinalar que tal modificação só se torna possível na medida em que aqueles grupos sociais que desencadeiam movimentos sociais urbanos ampliem os objetivos de sua ação, ou seja, abandonem o caráter puramente reivindicativo em relação a problemas urbanos específicos e, aliados a outros grupos sociais, cheguem a uma luta política mais abrangente.

O artigo de Martinez-Alier e Moisés, porém, pretende ir um pouco mais além. Para eles, o próprio caráter simbólico deste tipo de ação, daria a movimentos como os quebra-quebras de trens sua potencialidade política pois, ao mesmo tempo em que deslegitimam o Estado, afirmam para a própria massa a potencialidade de sua intervenção, reforçando-a.

Algumas questões, entretanto, surgem deste tipo de análise. A primeira delas diz respeito ao tipo de evidências com que trabalham os autores. As análises de Castells e Borja, por exemplo, se apresentam um quadro de referência teórico muito coerente no que se refere às hipóteses para a interpretação da questão, informam pouco, e de maneira pouco sistemática, sobre as evidências em que se basearam para os estudos realizados acerca de movimentos sociais concretos, como o dos comitês de cidadãos de Quebec, o movimento dos "pobladores" no Chile, ou os movimentos sociais urbanos na Espanha de 39 a 74. As únicas referências a dados e suas fontes encontram-se ao final de cada artigo, como por exemplo, a seguinte observação de Castells acerca das informações sobre as quais se apóia sua análise acerca do movimento dos "pobladores", no Chile:

— a experiência pessoal, por ocasião de estadias durante vários meses no Chile, em 1968, 1970 e 1971, sobretudo através de contatos com os militantes de esquerda e de visitas freqüentes aos acampamentos.

— a colaboração com o grupo de investigação sobre este tema na Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais de Santiago do Chile.

— *Sobretudo*, a pesquisa sistemática que realizamos de julho a outubro de 1971 entre vinte e cinco dos acampamentos mais importantes de Santiago. Esta pesquisa foi dirigida pela equipe de investigação sobre os movimentos sociais urbanos C.I.D.U. (Centro Interdisciplinar do Desenvolvimento Urbano), em contato com militantes da Unidade Popular no seio do movimento dos *pobladores*. Reconstruímos a história política e analisamos as características sociais de cada um destes acampamentos, partindo de uma observação profunda e de entrevistas sistemáticas com os dirigentes, militantes e residentes. A pesquisa e a análise foram uma obra coletiva do conjunto da equipe de investigação populacional do C.I.D.U. (...) Dada a implicação política deste tema, omitimos toda informação que permita identificar lugares, pessoas e organizações, exceto no que se referea fatos sociais historicamente conhecidos [17].

A despeito desta observação, entretanto, o corpo do trabalho propriamente dito não apresenta de forma mais sistemática, como seria de se esperar da análise sociológica de situações concretas, estes dados.

Como Castells, também Borja apresenta no início de seu livro as fontes de onde provêm os dados que utiliza. A sua análise sobre os movimentos sociais na Espanha de 39 a 74, entretanto, embora apresente, a nível de seu discurso, uma perfeita coerência com os pressupostos teóricos explicitados nos dois artigos que a antecedem no volume, também não traz incorporados os dados sobre os quais se baseia e acaba por conter, em muitos pontos, afirmações como:

> Em Barcelona a oposição que despertaram os projetos de autopistas urbanos e a conseqüente eliminação de espaços públicos se revestiu de grande importância (Pl. Lesseps, Pl, Salvador Anglada). O mesmo se poderia dizer do Prado de San Sebastian, em Sevilha. Nestes movimentos, mais do que nos anteriores, se realiza uma convergência dos setores mais diretamente afetados com outros: associações de outros bairros, de cidadãos, culturais, profissionais, etc. São precisadas alternativas urbanísticas. O movimento adquire um nítido caráter de movimento de opinião pública [18].

Apesar, entretanto, de toda a ênfase sobre a relevância das articulações entre grupos sociais para que estes adquiram um caráter

---

[17] CASTELLS. *Opus cit.*
[18] BORJA. *Opus cit.*

mais marcadamente político, Borja deixa de lado — e o período acima é apenas um entre muitos exemplos semelhantes — a possível riqueza teórica e prática de uma análise mais detalhada do caráter de que se revestem tais alianças em seus aspectos concretos. Da mesma forma, ao assinalar o reconhecimento de demandas de grupos sociais acerca do desenvolvimento urbano de suas cidades, que se traduz pela aceitação tácita ou explícita das reivindicações, o que exerce alguma influência sobre a política urbana, Borja menciona o Plano Comarcal de Barcelona como um exemplo deste fato — sem entrar, porém, em seus aspectos concretos e mostrar como, na prática, se deu tal influência, o que cada grupo perdeu e ganhou e em que sentido e para que linhas posteriores de ganhos políticos apontam estas conquistas parciais.

Já o artigo de Martinez-Alier e Moisés traz em si, incorporados, um conjunto de dados extraídos, basicamente, de matérias publicadas em jornais do Rio de Janeiro e São Paulo a respeito dos sucessivos quebra-quebras de trens e estações nas duas cidades. Embora este seja, certamente, um aspecto bastante positivo do trabalho, o tipo de evidências apontadas parece insuficiente, em alguns momentos, para corroborar as hipóteses tomadas como ponto de partida no trabalho e, em outros, chega mesmo a contradizer o tipo de inferências que delas se tira, como no parágrafo que se segue:

> Mesmo para os participantes individuais das revoltas, esse "efeito-demonstração" opera. É só um usuário mais ousado ou mais irritado iniciar o protesto para que a revolta se torne coletiva: "Chegou à estação quando a revolta já estava no auge. Entusiasmado pelo que acontecia, entrou no meio da multidão, gritando quebra! quebra! (...) As pessoas que estavam do lado de fora da estação, no pátio, também aderiram à revolta, depõe um usuário preso após a depredação da estação de Mauá, no subúrbio de São Paulo". Um pedreiro preso em outra ocasião semelhante, relata que "às 5h, dirigiu-se à estação para ir a Pirituba, onde trabalha (...) Que, enquanto aguardava, foi a um bar tomar uma pinga e, ao voltar, encontrou o tumulto formado (...) Viu então um moreno claro, estatura mediana, magro, arrancando um telefone e chutando-o. *Resolvendo imitá-lo,* foi preso". Essa massa popular não é um aglomerado casual de pessoas, cuja ação é momentânea e inconseqüente [19].

Interessante a observar neste trecho é exatamente o fato de que os depoimentos estão em contradição com a conclusão que deles

[19] MARTINEZ-ALIER e MOISÉS. *Opus cit.*

se extrai. Uma questão a levantar seria, portanto, saber exatamente até que ponto a simples existência de ações por "efeito-demonstração" implica na existência de uma ação organizada da qual nem mesmo os próprios atores têm consciência.

A utilização apenas de dados de jornais, por outro lado, parece deixar algumas lacunas de informação que, se melhor preenchidas com um trabalho de campo mais sistemático, evitariam a seguinte inferência acerca da instalação de sistemas eletrônicos em substituição a sistemas semi-automáticos de controle em alguns ramais:

> Cabe ressaltar que esse sistema semi-automático de controle é a causa recorrente de avarias e acidentes; porém, até hoje, a sua substituição por um sistema eletrônico de controle restringe-se aos ramais de Duque de Caxias e Belfort Roxo, no Grande Rio e, significativamente, a Mogi das Cruzes, em São Paulo. Neste local esse sistema foi montado após o acidente com o *Trem de Estudantes*, em 1972, que resultou em 24 estudantes mortos. É claro, neste caso, que quando grupos de classe média são diretamente atingidos pela precariedade dos serviços de transporte, as medidas de melhoramento tendem a ser mais imediatas [20].

Embora a explicação apresentada seja perfeitamente adequada ao caso de Mogi das Cruzes, ela certamente não se aplica a Duque de Caxias e Belfort Roxo.

Da mesma forma, inferências acerca do caráter simbólico deste tipo de ação pressupõem algo como uma *intencionalidade inconsciente* dos autores que merecia uma investigação mais aprofundada, sob pena de que tal intencionalidade seja muito mais uma decorrência lógica do quadro de referência teórico utilizado do que de evidências empíricas buscadas de forma sistemática.

Tais questões, entretanto, poderão ser satisfatoriamente respondidas à medida em que, alçado à posição de preocupação sociológica contemporânea fundamental, o estudo de movimentos sociais no meio urbano se constitua em objeto de estudo que permita a diversificação de análises de situações concretas. Só a partir daí será possível uma maior segurança para extrapolações teóricas e práticas mais abrangentes.

---

[20] MARTINEZ-ALIER e MOISÉS. *Opus cit.*